

CNBB apresenta emendas dia 29 com 800 mil assinaturas

BRASÍLIA — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) entregará oficialmente dia 29 à Constituinte as quatro emendas populares subscritas pela Igreja e por 800 mil pessoas. A entidade optou por encaminhar as emendas sozinha. Segundo um assessor, a CNBB teme ser hostilizada por grupos de esquerda no caso das emendas contra aborto e sobre liberdade religiosa, se participasse da entrega conjunta que várias entidades promoverão dia 12 de agosto.

As emendas apoiadas pela CNBB (e outras quatro entidades católicas) tratam de educação, direitos da família, liberdade religiosa e ordem econômica. Contemplam tanto os grupos "conservadores" quanto os "progressistas" e representam o pensamento médio da entidade. "Isto é a CNBB" — disse ontem o advogado paulista Francisco Whitaker, o mais ativo lobbista da Igreja na Constituinte. Cada emenda recebeu cerca de 200 mil assinaturas, segundo ele.

Na emenda sobre a família, a CNBB defende a preservação da vida "desde a concepção e em todas as fases da sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura". Em outro artigo, considera a família como sendo "constituída pelo

matrimônio indissolúvel", com direito a garantias do Estado, especialmente as crianças, "que gozarão de proteção especial".

Trabalho e capital — A emenda sobre liberdade religiosa defende que a Constituição seja promulgada "sob invocação do nome de Deus", pede garantia à livre manifestação religiosa e prevê que "o Estado manterá assistência religiosa às Forças Armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva". Na emenda sobre educação, defende o apoio financeiro do Estado a escolas privadas, definidas como "entidades educacionais de natureza não-lucrativa".

A emenda sobre Ordem Econômica diz que essa ordem "deve fundamentar-se no reconhecimento da primazia do trabalho sobre o capital" e que a lei deve assegurar "prioridade da remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital". A CNBB, sem entrar em detalhes, faz uma defesa da reforma agrária, afirmando que "ao direito de propriedade do imóvel rural corresponde uma obrigação social".

E acrescenta: "O imóvel rural que não corresponder à obrigação social será arrecadado mediante aplicação dos insti-

tutos da Perda Sumária e da Desapropriação por Interesse Social". Segundo o assessor de imprensa da CNBB, padre Arnaldo Beltrami, a posição oficial da entidade é que a Constituição, neste caso, deve ater-se aos princípios gerais, ficando para a legislação ordinária questões sobre imissão de posse, tamanho máximo das propriedades, forma de indenização, etc.

Para dar suporte às suas teses, a CNBB montou uma estrutura completa de comunicação e assessoria de imprensa. Diariamente, segundo padre Arnaldo, a CNBB distribui, por telex, boletins para 246 lugares diferentes do país a respeito da Constituinte. Boletins de rádio produzidos em Brasília chegam diariamente a uma rede de 108 emissoras.

Semanalmente, o boletim *Notícias*, órgão de informação da CNBB, com tiragem de 5 mil 550 exemplares, com um encarte especial sobre a Constituinte, é distribuído entre os parlamentares e as dioceses do país. Uma vez por mês, a CNBB promove, em seu auditório, em Brasília, encontros com os constituintes e a cúpula da Igreja. A presença, média, nesses encontros, é de 100 parlamentares por debate.

PM da Bahia impede coleta

SALVADOR — Cinco entidades encaminharam ao governador Waldir Pires uma denúncia, com pedido de providências, de que está havendo repressão nos quartéis e outras repartições da Polícia Militar da Bahia contra a coleta de assinaturas para a emenda popular que será apresentada à Constituinte, propondo a redefinição constitucional do sistema policial brasileiro e a desmilitarização das polícias militares.

A coleta de assinaturas está sendo coordenada na capital e no interior do estado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-BA, Sindicato dos Jornalistas, Clube dos Sargentos da PM, Associação dos Professores Licenciados e Federação das Associações de Bairros. Segundo a denúncia, muitas listas já preenchidas com assinaturas foram recolhidas em módulos policiais e houve até um capitão que dispôs seus subordinados em forma, no quartel, para que eles devolvessem a emenda que fala da desmilitarização da PM, "pois esta é irregular e não pode ser assinada".

Em resposta — Um dos líderes da coleta de assinaturas, o advogado e tenente PM José Carlos Carneiro,

exibiu, na entrevista coletiva das entidades, um ofício que encaminhou no dia primeiro deste mês ao comandante da Polícia Militar, coronel Antônio Lopes Filho, informando-o dos objetivos das listas e ao mesmo tempo pedindo a colaboração da PM nesse trabalho, mas que até ontem não tinha obtido resposta.

— Em lugar de permissão, o que estamos assistindo é a repressão nos quartéis e em outras unidades da Polícia Militar — disse o ex-sargento Carneiro, expulso da PM por ter dado ordem de prisão a um capitão que dirigia embriagado, depois reintegrado por força judicial e finalmente afastado, a pedido, para exercer a advocacia. O episódio da expulsão inspirou o ex-sargento a escrever o livro "Capitão, o senhor está preso".

No documento encaminhado ao governador Waldir Pires, as cinco entidades denunciam nominalmente o capitão Boaventura, que reuniu a tropa para fazer a advertência contra a coleta de assinaturas para a emenda popular e os tenentes Brasil Ulisses, Ventura e Alfredo, todos do sétimo e oitavo BPM, como responsáveis "pela disseminação do medo entre seus subordinados".

Comissão aceita ensino religioso

— Com os votos contrários da esquerda e dos evangélicos, a Comissão de Sistematização aceitou a emenda popular que determina que o Estado garantirá a educação religiosa nas escolas de 1ª e 2ª graus, apresentada pela Associação Interconfessional de Educação, de Curitiba, Conselho de Igrejas para Educação Religiosa e Instituto Regional de Pastoral de Mato Grosso.

A comissão mandou arquivar três outras propostas de emendas por não estarem acompanhadas do domínio de 30 mil assinaturas de eleitores. Uma se referia aos direitos das crianças, apresentada pela Comissão Nacional da Criança e Constituinte. A segunda foi encaminhada pelo Sindicato dos Artistas de São Paulo, proibindo a censura aos espetáculos. Acabou arquivada por ter sido apresentada por apenas uma entidade. A terceira foi a que criava a Delegacia dos Direitos do Cidadão e um parque oficina para idosos porque era assinada apenas por um cidadão. Todas essas emendas poderão voltar à discussão se um constituinte decidir assiná-las.

Os deputados Roberto Freire (PCB-PE), José Genoino (PT-SP), Manoel Moreira (PMDB-SP, e membro da Assembleia de Deus) e Eliel Rodrigues (PMDB-PA e evangélico) argumentaram que o ensino religioso é competência estrita da família e da própria igreja.

O deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) argumentou, da tribuna, que grupos minoritários, como os budistas e os cultos afros, seriam severamente prejudicados, já que o Estado não teria condições de garantir o ensino dessas religiões nas escolas.